



**A ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS E RECURSOS COMO CAMINHO
ALTERNATIVO NO ACESSO AOS CONTEÚDOS ACADÊMICOS PARA
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
NO ENSINO SUPERIOR DA UEM**

Celma Regina Borghi Rodriguero (UEM)

Hilusca Alves Leite (UEM)

Maria Fernanda Machado Barbosa (UEM)

Fabiana da Luz Barbosa (UEM)

crbrodriguero@uem.br

Resumo

O Projeto de Extensão Recursos Alternativos para Alunos com Deficiência e Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Superior é vinculado ao Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educacionais Especiais (PROPAAE). Tem por finalidade desenvolver ações voltadas à produção e adaptação de recursos didáticos e, dessa forma, contribuir para a acessibilidade didático-pedagógica de acadêmicos da Universidade Estadual de Maringá (UEM), em condição de deficiência e Necessidades Educacionais Especiais/NEE. É desenvolvido por meio de atividades que incluem a digitalização de textos para leitura em tela; a ampliação de fonte para acadêmicos com deficiência visual; leituras de textos gravadas e disponibilizadas para alunos com dislexia, transtorno do espectro autista (TEA), transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH). O projeto também oportuniza apoio e orientação no uso dos materiais produzidos e/ou adaptados. Como resultados, em 2023, foram atendidos direta ou indiretamente pelo PROPAAE, mais de 90 alunos, matriculados em diferentes cursos de graduação e programas de pós-graduação, e para parte deles, o projeto possibilitou os referidos recursos.

Palavras-chave: Adaptação de Recursos; Necessidades Educacionais Especiais; Acessibilidade;



1. Introdução

Nas últimas décadas, as políticas públicas têm preconizado uma educação inclusiva, na medida em que se propõe a assegurar, ao menos no âmbito da lei, a acessibilidade do aluno com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais (NEE) em todas as modalidades e nos diferentes níveis de ensino, incluindo o ensino superior.

Dentre essas políticas e, destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania, destaca-se a Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015) que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão, ou como ficou mais conhecida, o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Pautado no princípio da educação inclusiva e entendendo que o processo de inclusão passa necessariamente pela equidade no acesso aos conteúdos acadêmicos, o projeto de extensão Recursos Alternativos para Alunos com Deficiência e Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Superior (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2016) tem como público-alvo os acadêmicos da Universidade Estadual de Maringá (UEM), em condição de deficiência e Necessidades Educacionais Especiais/NEE. Assim, visa possibilitar ou ao menos facilitar esse acesso, por meio da produção e adaptação de recursos pedagógicos.

2. Fundamentação Teórica

Para Vigotski os processos humanos se originam nas relações sociais e devem ser compreendidos em seu caráter histórico-cultural (Vigotski, 2003). Desde os meses iniciais de vida, a criança depende do grupo social no qual está inserida e dos pares superiores que neste encontra – sujeitos mais desenvolvidos que ela no momento – para apropriar-se do conhecimento construído pela humanidade no decorrer da história objetivando-se, desta forma, como ser social.

Neste sentido, tanto as aquisições mais elementares, quanto às aquisições intelectuais mais complexas ocorrem pela apropriação e mediação humana. A linguagem (instrumento simbólico), e os utensílios (ferramentas) criadas pelo e para o ser humano, nas diferentes etapas da vida, possibilita ao ser humano, a conquista do conhecimento que vai lhe permitir



viver plenamente em seu tempo histórico, beneficiando-se dos elementos da cultura.

Ainda com relação ao processo de apropriação do conhecimento é possível afirmar que para Vigotsky (2011), às leis gerais do desenvolvimento são iguais para todos os sujeitos. Contudo com base nas proposições de Leontiev (2003), ter acesso ou não aos elementos da cultura humana, depende das condições reais e objetivas que cada homem dispõe em seu tempo histórico e espaço social.

É justamente neste contexto de reflexões voltadas à uma educação inclusiva e promoção de condições reais e objetivas de acessibilidade que o Projeto de Extensão “Recursos Alternativos para alunos com Deficiência e Necessidade Educacionais Especiais no Ensino Superior” tem buscado promover caminhos didático-pedagógicos alternativos, comprometendo-se com a promoção da acessibilidade para os estudantes da UEM, que apresentam deficiência e/ou NEE.

3. O projeto: metodologia, objetivos e resultados

O projeto Recursos Alternativos para Alunos com Deficiência e Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Superior (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2016), tem como proposta constituir-se espaço de planejamento e execução de ações que, voltadas à produção de recursos didáticos, favoreçam a aprendizagem de alunos em condição de deficiência e necessidades educacionais especiais. Portanto, visando adequar-se às orientações e determinações presentes nas políticas de inclusão das últimas décadas, o projeto vem atuando no sentido de oportunizar espaço favorável e contribuir com o atendimento das demandas relacionadas ao acesso e permanência dos alunos público-alvo da Educação Especial. Isso se justifica, pelo fato do projeto ser desenvolvido junto ao Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais (PROPÆ), programa responsável por ações no sentido de viabilizar não apenas o ingresso, mas a permanência e a terminalidade dos estudos aos alunos em condição de deficiência e/ou NEE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 1994).

O projeto em questão propõe como objetivos desenvolver estudos sobre as



deficiências e os possíveis recursos adaptativos capazes de promover a acessibilidade nos processos de ensino e aprendizagem; produzir materiais de estudo adaptados voltados às necessidades de pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais (NEE); orientar acadêmicos com deficiência no uso dos recursos adaptados. Para exemplificar as atividades que são realizadas no projeto, como adaptação e/ou criação de recursos didáticos para estudantes com deficiência visual, destacamos a utilização de um software (ABBYY) que modifica o formato de arquivos digitalizados em PDF e que são imagens para formato Word, possibilitando realizar a edição e ajustes do texto original, que podem ser desde alterar o tamanho da fonte, facilitando a leitura para acadêmicos com baixa visão como ser transformado em arquivo de voz para estudantes cegos.

Dessa forma, entendemos que o referido projeto de extensão tem oportunizado aos alunos que dele participam (voluntários e bolsistas), a experiência de um trabalho colaborativo, multidisciplinar e social – constituindo-se espaço para outras vivências educacionais, além da experiência didática em sala de aula.

Para alcançar os objetivos propostos para o projeto, utiliza-se a criação e adaptação de materiais como recurso mediador do ensino-aprendizagem do público-alvo, destacando-se a contribuição dessas ações e estudos, para as políticas públicas de inclusão educacional no ensino superior.

É importante destacar que essas ações têm oportunizado principalmente aos estudantes cegos e baixa visão, o acesso aos textos curriculares, de modo que a apropriação do conhecimento e a realização de novas elaborações lhes sejam viáveis. Para além da produção e adaptação de recursos, o projeto tem atuado também na remoção de barreiras atitudinais a partir da mediação e convivência com o diferente. Assim, no último ano, o PROP AE atendeu de forma direta ou indireta mais de 90 alunos de diferentes cursos de graduação e com diferentes condições de deficiência e NEE e parte desse público foi contemplado por recursos produzidos ou adaptados pelos integrantes do projeto.

4. Considerações finais



Compreendemos que a inclusão não implica apenas o acesso no que diz respeito a estar regularmente matriculado, mas exige, sobretudo, a melhoria nas condições de permanência e a qualidade e terminalidade dos estudos. Nesse sentido, a UEM enquanto uma universidade pública e que prioriza a qualidade do ensino, deve ser participante ativa na produção de conhecimento que impacte de forma positiva a formação dos alunos e da sociedade, tornando acessíveis os saberes que produz. Essa defesa se apoia na perspectiva de que investir no bom ensino e na divulgação do que se torna um saber clássico e desafiador para a humanidade ao longo da história é fundamental para a formação superior (RIBEIRO; DELLA-ROSA, 2010).

Ao considerar-se a Lei n. 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência, que garante os direitos da pessoa com deficiência entende-se que o PROPAE se destaca por suas atividades voltadas à comunidade acadêmica, sendo uma dessas ações expressa por meio das atividades do projeto de extensão. Conclui-se que o convívio com os desafios da inclusão no ensino superior e a implementação de ações referentes e pertinentes, contribui para uma formação mais ampla no âmbito da inclusão, uma vez que os alunos se submetem a uma formação acadêmica pautada pelas políticas públicas de inclusão, contribuindo para uma sociedade menos excludente.

5. Referências

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Palácio do Planalto, 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso: 30 jun 2024.

LEONTIEV, A. Os princípios do desenvolvimento mental e o problema do atraso mental. In: LURIA, A. R.; LEONTIEV, A.; VYGOTSKY, L. S. et al. **Psicologia e pedagogia:** bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Centauro, 2003, p. 59-76.

RIBEIRO, M. J. L.; DELLA-ROSA, V. A. **Laboratório Temático de Inclusão Digital e Diversidade:** teorias e experiências. Maringá: EDUEM, 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Departamento de Teoria e Prática da Educação. **Recursos alternativos para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no ensino superior** (*Processo n. 4796/2016*). Maringá, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Gabinete da Reitoria. Resolução n. 1533/1994-GRE. Cria o Programa Interdisciplinar de Pesquisa e Apoio à Excepcionalidade - PROPAE, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. UEM: Maringá, 1994. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/portaria%201533-1994-GRE%20(1).pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

VIGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: LURIA, A. R.; LEONTIEV, A; VYGOTSKY, L.S. et al. **Psicologia e pedagogia**: bases psicológicas da aprendizagem e desenvolvimento. São Paulo: Centauro, 2003, p. 1-18.

VIGOTSKI, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-670, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n4/a12v37n4.pdf>>. Acesso: 30 jun. 24.